

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| AGRADECIMENTOS..... | 13 |
| PREFÁCIO – Nelson Ney Júnior..... | 15 |
| APRESENTAÇÃO – José Carlos Moitinho de Almeida..... | 17 |
| APRESENTAÇÃO – Ernesto Tzirulnik..... | 21 |
| INTRODUÇÃO..... | 23 |
| CAPÍTULO I – TEMA E PROBLEMÁTICA..... | 25 |
| 1. TRÊS DIFICULDADES: CARÊNCIA DOCTRINÁRIA, INSUFICIÊNCIA NORMATIVA E CONFUSÃO JURISPRUDENCIAL..... | 25 |
| 2. PROBLEMÁTICA DO TEMA..... | 27 |
| CAPÍTULO II – INFLUÊNCIA DO DIREITO MATERIAL SOBRE O SISTEMA PROCESSUAL..... | 29 |
| 1. INFLUÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO SOBRE O SISTEMA PROCESSUAL CIVIL..... | 29 |
| 2. INFLUÊNCIA DO DIREITO MATERIAL SOBRE O DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... | 31 |
| CAPÍTULO III – SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL..... | 37 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 37 |
| 2. TEORIA DO REEMBOLSO NA FILOSOFIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916..... | 38 |
| 3. A TEORIA DO REEMBOLSO NA VISÃO DA SUSESP..... | 41 |
| 4. CRÍTICA A TEORIA DO REEMBOLSO..... | 44 |
| 5. SINISTRO NO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL..... | 46 |
| 6. OBJETO DA GARANTIA SECURITÁRIA..... | 51 |
| 7. ESTRUTURA E DINÂMICA DO CONTRATO..... | 54 |
| 8. ESCOPO DE GARANTIA SECURITÁRIA..... | 57 |
| 9. FUNÇÃO SOCIAL DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL..... | 59 |
| 10. TÉCNICAS A SERVIÇO DO DIREITO MATERIAL..... | 61 |
| 10.1. A prática do pagamento direto a vítima..... | 61 |
| 10.2. O acionamento direto da seguradora pela vítima..... | 63 |

| | |
|--|-----------|
| 11. TEORIA DA SUB – ROGAÇÃO..... | 65 |
| 12. AÇÃO DIRETA NO SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL..... | 66 |
| 13. OBJEÇÕES AO CABIMENTO DA AÇÃO DIRETA NO SEGURO FACULTATIVO..... | 68 |
| 13.1. Necessidade de disposição expressa de lei..... | 69 |
| 13.2. Ausência de vínculo contratual entre terceiro e segurador..... | 70 |
| 13.3. Direito de defesa do segurado..... | 71 |
| 13.4. Direito de defesa da seguradora..... | 72 |
| 13.5. Ausência de estipulação em favor de terceiro..... | 72 |
| CAPÍTULO IV – AÇÃO DIRETA NO DIREITO ESTRANGEIRO..... | 75 |
| 1. OBSERVANDO A EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA..... | 75 |
| 2. DIREITO FRANCÊS..... | 75 |
| 3. DIREITO BELGA..... | 77 |
| 4. DIREITO ESPANHOL..... | 77 |
| 5. DIREITO PORTUGUÊS..... | 78 |
| 6. DIREITO ALEMÃO..... | 79 |
| 7. DIREITO CANADENSE..... | 80 |
| 8. DIREITO MEXICANO..... | 81 |
| 9. DIREITO CUBANO..... | 81 |
| 10. DIREITO ARGENTINO..... | 82 |
| 11. DIREITO PERUANO..... | 83 |
| 12. DIREITO COLOMBIANO..... | 84 |
| 13. DIREITO PARAGUAIO..... | 85 |
| 14. DIREITO BOLIVIANO..... | 86 |
| 15. DIREITO CHILENO..... | 86 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO V – REGIME DE INTERVENÇÃO DO SEGURADOR NA RELAÇÃO PROCESSUAL | 89 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 89 |
| 2. ANTIGA INTERVENÇÃO DO SEGURADOR NO PROCESSO DENUNCIÇÃO DA LIDE..... | 89 |
| 3. ABALOS NA ESTRUTURA DA DENUNCIÇÃO DA LIDE, EVOLUÇÃO PARA A EXECUÇÃO E CONDENAÇÃO DIRETA..... | 91 |
| 4. CORRESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA NO CDC..... | 97 |
| 5. CHAMAMENTO AO PROCESSO NO CDC..... | 99 |
| 6. ACIONAMENTO DIRETO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO..... | 102 |
| 7. CORRESPONSABILIDADE NO SEGURADOR NO CÓDIGO CIVIL..... | 104 |
| 8. INTERVENÇÃO DO SEGURADOR NO REGIME DO CÓDIGO CIVIL..... | 107 |
| 9. CHAMAMENTO AO PROCESSO NO CÓDIGO CIVIL..... | 109 |
| 10. CHAMAMENTO AO PROCESSO NO NOVO CPC / 2015..... | 111 |
| 11. ASSISTÊNCIA SIMPLES E LITISCONSORCIAL..... | 112 |
| 12. INTERVENÇÃO NO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO..... | 117 |
| 13. INTERVENÇÃO NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS..... | 118 |
| CAPÍTULO VI – REGIE PROCESSUAL DA AÇÃO DIRETA NO DIREITO BRASILEIRO | 119 |
| 1. INTRODUÇÃO..... | 119 |
| 2. A AÇÃO DIREITA NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA..... | 119 |
| 3. OS FUNDAMENTOS DO PRECEDENTE UNIFORMIZADOR..... | 124 |
| 4. CRÍTICA A TESE DO LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO: UM FALSO PROBLEMA..... | 125 |
| 5. REFLEXOS DA SENTENÇA CIVIL CONDENATÓRIA..... | 126 |
| 6. ASSISTÊNCIA SIMPLES DO SEGURADO..... | 127 |
| 7. VANTAGEM PARA QUEM FICA FORA DO PROCESSO: ESCOPO DA GARANTIA..... | 131 |
| 8. CHAMAMENTO DO SEGURADO AO PROCESSO..... | 132 |
| 9. TÉCNICA DO CHAMAMENTO NA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO..... | 133 |
| 10. DEFESAS DA SEGURADORA..... | 136 |

| | |
|---|------------|
| 11. DEFESAS DO SEGURADO..... | 143 |
| 12. RELAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE COM O PROCESSO PENAL..... | 143 |
| 13. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO SIMPLES..... | 147 |
| 14. O GRAU DE INFLUÊNCIA DA QUESTÃO PREJUDICIAL..... | 149 |
| 15. SITUAÇÕES EQUIVALENTES DE LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO..... | 153 |
| 16. AÇÃO DIRETA EM LITISCONSÓRCIO ATIVO COM O SEGURADO..... | 155 |
| 17. AÇÃO DIRETA DE RESSARCIMENTO DE SEGURADORA CONTRA SEGURADORA..... | 157 |
| 18. AÇÃO DIRETA NO REGIME DO COSSEGURO..... | 159 |
| 19. AÇÃO DIRETA CONTRA O RESSEGURADOR..... | 163 |
| 20. AÇÃO DIRETA COLETIVA..... | 168 |
| 21. AÇÃO DIRETA PARA EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS..... | 170 |
| 22. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO ACIONAMENTO DIRETO..... | 174 |
| 23. PROJETO DE LEI DO COTNTRATO DE SEGURO – PL N. 8.290 / 2014..... | 176 |
| CAPÍTULO VII – FUNDAMENTOS DA AÇÃO DIRETA..... | 181 |
| 1. DIREITO PRÓPRIO DA VÍTIMA..... | 181 |
| 2. VALORES CONSAGRADOS PELA TÉCNICA DA AÇÃO DIREITA..... | 184 |
| 2.1. Mais eficácia ao sistema de responsabilidade civil..... | 184 |
| 2.2. Função social do contrato..... | 186 |
| 2.3. Acesso á Justiça..... | 187 |
| CONCLUSÕES..... | 191 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 197 |